



Moreira Matiz/Agência Senado



Sessão para votar novo superávit será retomada hoje

Reunião do Congresso foi suspensa ontem após tumulto nas galerias, ocupadas por manifestantes contrários à mudança da meta fiscal. Oposição critica decreto que condiciona emendas parlamentares à votação do texto

Deputados e senadores retomam às 10h de hoje a discussão e a votação de dois vetos presidenciais para destravar a pauta e iniciar a apreciação do PLN 36/2014, que altera a meta de superávit primário do governo federal para este ano.

Ontem a sessão do Congresso foi suspensa após manifestantes xingarem, das galerias da Câmara, a

senadora Vanessa Grazziotin, que ocupava a tribuna.

O senador Renan Calheiros, que presidia a sessão, determinou a evacuação do local. Após mais de uma hora de espera e sem que a ordem pudesse ser cumprida em razão do tumulto entre manifestantes e seguranças, Renan suspendeu a sessão e a remarcou para hoje. **10 e 11**

Parlamentares lotam o Plenário da Câmara durante sessão do Congresso, suspensa após protestos e confusão nas galerias

Municípios vão receber em 2015 mais R\$ 2,2 bilhões em repasses

Emenda constitucional promulgada ontem pelo Congresso Nacional aumenta em um ponto

percentual os repasses de impostos federais para o Fundo de Participação dos Municípios. **3**

Orçamento busca acordo para votar relatório da Receita **12**

“Citei nomes de políticos”, diz Costa à CPI

Jefferson Rudy/Agência Senado



Cerveró e Costa foram confrontados em sessão na CPI Mista da Petrobras

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa confirmou ter denunciado o envolvimento de “dezenas de políticos” no depoimento prestado à Justiça. A afirmação foi feita ontem, durante sessão de acareação entre Costa e outro ex-diretor da estatal, Nestor Cerveró. **7**

Senado aprova Vital do Rêgo para o TCU

Marcos Oliveira/Agência Senado



Vital (D) passa por sabatina em comissão, antes da aprovação em Plenário

Senador recebeu apoio da maioria dos colegas sobre indicação de seu nome ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Paraibano com 25 anos de experiência como parlamentar, Vital aguarda confirmação pela Câmara. Vaga no Senado será ocupada pelo primeiro suplente, Raimundo Lira. **2**

Empresas criticam projeto sobre proteção a dados pessoais **4**

Banda larga depende de mais recursos, aponta estudo **5**

Comissão acata projeto que evita a paralisação de obras públicas **9**

Plenário deve votar neste ano novo Código de Processo Civil **12**

Senador pelo PMDB paraibano, Vital do Rêgo obteve o apoio de 63 colegas ontem em Plenário e depende agora de votação na Câmara para ser confirmado membro do Tribunal de Contas da União

Aprovada indicação de Vital para ministro do TCU

COM 63 VOTOS favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou ontem o nome do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. A indicação, feita por líderes partidários, ainda deverá ser aprovada na Câmara dos Deputados. Vital deverá ocupar na Corte a vaga de José Jorge, que se aposentou.

O mandato de Vital como senador começou em 2011 e se encerra em 2019. Se a indicação for confirmada pela Câmara, assumirá a vaga no Senado o primeiro suplente, o empresário Raimundo Lira.

A votação foi marcada por elogios dos senadores à trajetória política de Vital do Rêgo, especialmente pela atuação no Senado nos últimos quatro anos. Cerca de 30 senadores ressaltaram a competência do senador para o cargo, assim como a dedicação e a lealdade na condução da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Antes da votação, Vital subiu à tribuna para agradecer por todas as manifestações de carinho e apoio recebidas. O senador afirmou que pretende levar ao TCU a modernidade e a sensibilidade do Senado, além de sugestões para aperfeiçoar a fiscalização e o controle de contas públicas.

Para Walter Pinheiro (PT-BA), Vital mostrou no Senado “a capacidade de se relacionar com os seus pares”.

Senador apoia Regime Diferenciado de Contratações

Antes da aprovação de seu nome no Plenário, Vital do Rêgo passou por uma sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde obteve votos favoráveis de todos os 25 senadores presentes.

Ele respondeu a indagações de 21 senadores. Defendeu a modernização da legislação sobre licitações e contratos administrativos (Lei 8.666/1993), para a exclusão de “gargalos e amarras” no processo.

O parlamentar apoiou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei 12.462/2011 para licitações na Copa, nos Jogos Olímpicos de 2016, nas obras dos aeroportos das capitais e nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para Vital, a inversão de fases introduzida pelo RDC é um avanço. Por esse procedimento, primeiramente a



Paraibano, Vital do Rêgo conta com 25 anos de experiência parlamentar

— Esta é a grande proeza: entender o pensamento e as diferenças e, ao mesmo tempo, respeitar. É um *gentleman*, uma figura que sabe trabalhar com isso como ninguém — afirmou.

Pedro Taques (PDT-MT) considera que o senador será bem-sucedido no cargo.

— Tenho certeza que exercerá a função com a mesma responsabilidade, espírito republicano e dever cívico com que exerce aqui — ressaltou.

Acordo

Respondendo a indagação de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Vital do Rêgo negou rumores de que a indicação faria parte de um acordo entre PMDB e governo, no qual o partido se comprometeria a apoiar o nome do ministro José Eduardo Cardozo para o Supremo Tribunal Federal.

— O PMDB não fez nenhum acordo. Indicou um dos seus e recebeu da grande maioria dos líderes o apoio indispensável. Estou hoje pedindo o

apoio em virtude da minha história de 25 anos de atividade parlamentar — disse. Por sua vez, Aécio Neves (PSDB-MG) elogiou a conduta correta de Vital no Senado e acredita que ele será ministro “não de um partido, não da base governista e tampouco da oposição, mas um ministro inteiro, da corte de Contas da União”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que o nome de Vital pode até ter a simpatia de Dilma, mas afirmou que a indicação foi feita por consenso entre os senadores e é, portanto, a indicação do Senado. Único parlamentar a se manifestar contra a indicação, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) fez questão de dizer que não votava contra a pessoa de Vital do Rêgo ou contra o partido, mas contra o candidato de um governo no qual não confiava.

— Quem ele [governo] indica também não pode merecer minha confiança. Faço o meu voto de público — afirmou.

Nacional dos Tribunais de Contas, com essa finalidade. Ele afirmou que a Petrobras não poderia se sobrepor aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação do regime simplificado de contratação previsto para a estatal no Decreto 2.745/1998. Ele disse que o Supremo Tribunal Federal deverá decidir brevemente sobre a legalidade da norma.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), pediu urgência para o projeto de decreto legislativo com a indicação para o TCU a fim de permitir a votação ainda ontem pelo Plenário do Senado.

No relatório favorável à indicação, Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou a carreira de 25 anos de Vital do Rêgo como vereador, deputado estadual e deputado federal.

Entra em vigor lei proposta por Marcelo Crivella sobre maus-tratos

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem a Lei 13.046/2014, oriunda de projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga entidades públicas e privadas a manter funcionário capacitado a identificar sinais de maus-tratos em crianças e adolescentes e comunicar casos suspeitos ou confirmados ao Conselho Tutelar.

A lei atinge clubes, organizações religiosas, escolas, creches e outras instituições que abriguem ou recepcionem os menores, ainda que de forma temporária.

O texto inclui entre as atribuições do Conselho Tutelar divulgação e treinamento para reconhecer maus-tratos. Além disso, será distribuída cartilha sobre o tema.

São considerados maus-tratos violência física e psicológica, abuso e negligência. As crianças podem estar sendo agredidas quando apresentam sinais aparentemente acidentais, mas incompatíveis com a idade, desenvolvimento ou eventuais explicações, como traumas nos olhos, crânio, costelas, tronco, braços, coxas, pescoço e axilas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Comenda Dom Hélder

11h O Senado realiza sessão de entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, conferida a personalidades que se destacaram na defesa dos direitos humanos.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

10h Renan Calheiros participa da solenidade de abertura da 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Auditório Petrônio Portella; em seguida, preside sessão do Congresso Nacional destinada à leitura de expedientes e apreciação de vetos presidenciais; às 10h30, comparece a homenagem ao senador José Sarney no estúdio da TV Senado; e às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

CI Ministro da Integração

7h30 A comissão debate com ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, a situação de emergência nos municípios brasileiros.

CAS Participação nos lucros

9h A CAS analisa projeto que dá à participação dos trabalhadores nos lucros o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos acionistas.

CDR Destinos turísticos

9h Será apresentado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo relatório do estudo *A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros*; em seguida, os senadores avaliarão dois projetos de lei.

CCJ Crime de vandalismo

10h A pauta da comissão tem 44 itens, entre eles o que reintegra funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos entre 1995 e 2003, o que tipifica o crime de vandalismo e o que cria banco de dados de autorizações para escuta telefônica.

CE Base curricular nacional

10h A comissão promove debate interativo sobre a base curricular nacional comum. Entre os convidados, estão Denis Mizne, da Fundação Lemann, e Eduardo Deschamps, do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

ESPECIAL Pessoa com deficiência

10h Abertura da 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Auditório Petrônio Portella. Em seguida, palestras do recém-eleito senador Romário e do desenhista Maurício de Sousa.

CPI PETROBRAS Petroleiros

10h15 A CPI da Petrobras ouve José Maria Rangel, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, e João Antônio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros.

CMO Relatório de Receita

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento marcou reuniões para discutir o relatório de Receitas da Lei Orçamentária Anual de 2015, além de relatórios do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades em obras.

LEGISLAÇÃO Índios

14h A Comissão de Consolidação da Legislação Federal se reúne para apresentação de relatório de Romero Jucá sobre a regulamentação da demarcação de terras indígenas.

CPMI PETROBRAS Ildo Sauer

14h30 A comissão mista que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras ouve Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da estatal.

PARLASUL Livre comércio com Egito

14h30 A representação brasileira no Parlasul se reúne hoje. Na pauta de votação, consta o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a República Árabe do Egito.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Municípios terão R\$ 2,2 bilhões a mais em 2015

Emenda promulgada ontem pelo Congresso aumenta de 23,5% para 24,5% o repasse do Imposto de Renda e do IPI às prefeituras

FOI PROMULGADA, EM sessão solene do Congresso ontem, a Emenda Constitucional 84, que aumenta em um ponto percentual os repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Só em 2015, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima em R\$ 2,2 bilhões o acréscimo do montante a ser destinado às 5.570 cidades do país. Para 2016, o repasse deverá chegar a R\$ 4,5 bilhões.

— Esse aporte de recursos irá sem dúvida alguma atenuar a injusta distribuição do bolo tributário, que beneficia a União em detrimento dos estados e dos municípios. É mais um passo que o Congresso está dando para um novo pacto federativo — declarou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Com o propósito de aumentar a capacidade de investimentos de estados e municípios, informou Renan, o Senado aprovou proposições como a que determina nova partilha dos impostos sobre o comércio eletrônico e a que troca o indexador das dívidas, já sancionada.

O presidente da Câmara,

deputado Henrique Eduardo Alves, anunciou aos prefeitos, ao final da sessão, que o Parlamento está em vias de concluir a votação da Proposta de Emenda à Constituição 22-A/2000, já aprovada no Senado, que adota o orçamento impositivo.

— Vamos tentar aprovar o que os senhores aqui já aprovaram por unanimidade, o orçamento impositivo, uma boa notícia aos municípios, que têm sempre as suas emendas sujeitas a bom humor, mau humor, de todos os governos, de ontem, de anteontem — declarou.

Aplicação em etapas

A Constituição determina que a União repasse ao FPM um total de 23,5% do produto líquido da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a emenda, o total passa a ser de 24,5%.

No entanto, a aplicação do novo índice será feita em etapas. Em julho de 2015, haverá o acréscimo de meio ponto percentual no repasse e somente em 2016 a outra metade será aplicada. O presidente



Henrique Alves (3º à esq.), Renan Calheiros e Ana Amélia comemoram a promulgação da Emenda Constitucional 84

da CNM, Paulo Ziulkoski, estima que esse meio ponto significará R\$ 2,2 bilhões a mais no próximo ano. Com a aplicação do percentual total de elevação, em 2016 serão R\$ 4,5 bilhões a mais no repasse, esclareceu.

— Foi uma vitória importante do municipalismo, resultado da Marcha [dos Prefeitos] que nós fizemos. Não é um auxílio emergencial, vinculado ou temporário, e sim um que passa a fazer parte da estrutura arrecadatória do país — avaliou Ziulkoski em entrevista à imprensa.

Segundo ele, esse aporte será majoritariamente destinado à saúde e à educação nos municípios e vai ser primordial para as prefeituras manterem as contas em dia.

Apesar do gesto considerado

importante, Ziulkoski afirmou que os municípios enfrentam “problemas gigantescos”, com prefeituras em atraso com fornecedores, com pessoal e na prestação de serviços para o cidadão. O aumento do FPM será um alívio, acrescentou.

A emenda tem origem na PEC 39/2013, que tem como primeira subscritora Ana Amélia (PP-RS). A proposta foi aprovada em agosto pelo Senado e referendada pela Câmara em novembro. O texto original previa o aumento de dois pontos percentuais, mas ainda na tramitação no Senado houve a redução para um ponto.

Tanto Renan quanto Henrique Alves afirmaram que, nos próximos anos, a luta para o aumento dos repasses ao FPM prosseguirá.

Fundo que garante recursos municipais foi criado em 1965

O FPM foi criado em 1965, então formado por 10% da arrecadação do IR e do IPI. O critério de distribuição, iniciada dois anos depois, baseava-se na população. Mais tarde, a divisão dos recursos foi feita entre capitais (10%), interior (86,4%) e reserva para cidades com mais de 156 mil habitantes (3,6%).

Hoje, o critério para distribuição é uma combinação entre número de habitantes e renda per capita. Em 2007, o FPM passou a receber 23,5% dos impostos.

Senado aprova nome para o Superior Tribunal Militar

O Senado aprovou ontem o nome do almirante de esquadra Carlos Augusto de Sousa para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Foram 59 votos favoráveis e 3 contrários. O almirante já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Carlos Augusto de Sousa é natural de Estância (SE), é casado e tem uma filha. Com mestrado e doutorado em ci-

ências náuticas pela Escola de Guerra Naval, ocupará a vaga aberta no STM pelo falecimento do almirante de esquadra Marcos Martins Torres.

Na sabatina, o indicado relatou a carreira na Marinha, onde foi chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa e chefe do Estado-Maior da Armada, cargo em que coordenou a participação da Marinha na Copa de 2014.

O relator da indicação na CCJ, Anibal Diniz (PT-AC), ressaltou que Sousa “preenche com louvor a qualificação necessária ao cargo de ministro do STM”. Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Luiz Henrique (PMDB-SC) também elogiaram a trajetória profissional do indicado. No Plenário, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) definiu Sousa como “valeroso almirante”.



Almirante Carlos Augusto de Sousa teve 59 votos favoráveis e 3 contrários

Sessões do Plenário serão suspensas para troca de painel

Jorge Viana (PT-AC) anunciou que não haverá sessão do Plenário do Senado na quinta e na sexta-feira por causa da substituição do painel eletrônico.

Viana convocou uma sessão para quarta-feira que vem, às 11h, para apreciar o projeto do novo Código de Processo Civil. O texto, substitutivo da Câmara ao PLS 166/2010, será votado amanhã pela comissão temporária que trata do tema.

Walter Pinheiro defende fim da guerra fiscal como prioridade para o Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) chamou a atenção para a importância de o Senado tomar, ainda este ano, uma decisão que acabe com a chamada guerra fiscal e garanta aos estados melhores condições de desenvolvimento.

O senador explicou que na Bahia, por exemplo, o governador eleito, Rui Costa, anunciou proposta de reforma administrativa para tornar a máquina pública estadual mais ágil e menos onerosa, o que, para ele, é essencial para que o estado tenha dinheiro próprio para investir, deixando de depender de empréstimos e da União.

— No dia 1º de janeiro, vamos ter muita gente tomando posse com choro antecipado. O Senado já poderia deixar aqui firmado o caminho para a gente resolver de uma vez por todas o problema dessa guerra fiscal e dessa crise — afirmou.



Walter Pinheiro

Aécio Neves pede anulação de votação de requerimentos na sessão do dia 20

Aécio Neves (PSDB-MG) pediu a anulação da votação de requerimentos realizada na sessão de 20 de novembro. Ele questionou o horário da abertura da ordem do dia naquela sessão, antecipado para as 15h12. O senador citou o Regimento Interno, que determina a abertura às 16h, e perguntou por que não houve comunicação aos líderes. Ele disse que o PSDB tinha interesse na votação. Segundo Aécio, os requerimentos protelaram a análise do PLS 448/2013, de autoria dele, que inclui o Programa Bolsa Família na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

— Gostaria de argumentar sobre a possibilidade de termos uma matéria de tamanha importância votada em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — explicou.



Aécio Neves

Em audiência pública ontem, debatedores questionaram restrições à publicidade na rede e à utilização de informações dos usuários. Relator prometeu discutir mais o tema

Projeto de proteção a dados pessoais é criticado

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto que cria lei para proteção de dados pessoais foi criticado por empresas que utilizam a internet nas próprias atividades, como as que fazem comércio eletrônico, as que trabalham com tecnologias da informação, as de telefonia e instituições financeiras.

Frente às críticas e também por conta das sugestões ao PLS 181/2014, o relator da proposta na CCJ, Anibal Diniz (PT-AC), anunciou que vai rever o parecer. Ele disse ainda que apresentará requerimento para que o projeto, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), seja analisado por outras comissões, como a de Ciência e Tecnologia (CCT).

As empresas criticaram principalmente a imprecisão do conceito de dados pessoais e as restrições à possibilidade de tratamento dos dados dos usuários e à publicidade na internet. Também consideraram inviável a exigência de consentimento do usuário para as diversas atividades de relação, pela internet, com o consumidor.



Representantes de empresas de e-commerce alertaram, no debate da CCJ, para o risco de a nova lei travar avanço do setor

No debate, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou o impacto das denúncias feitas por Edward Snowden, ex-analista da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA). Snowden revelou a prática de monitoramento de conversas de diversos chefes de Estado, inclusive de e-mails da presidente da República, Dilma Rousseff, com assessores.

— Há, sem dúvida alguma, uma preocupação com essa espionagem que é feita atualmente, descoberta, primeiro,

nos Estados Unidos — frisou o senador.

Internet em alta

A nova lei em debate no Congresso, na opinião de Leonardo Palhares, da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, deve levar em conta que o comércio eletrônico no Brasil movimentou, em 2013, R\$ 30 bilhões, com um crescimento em torno de 25% ao ano. Ele lembra que já são mais de 100 milhões de brasileiros, de todas as classes sociais, conectados.

O crescimento, disse, se apoia em um modelo de gratuidade de acesso, mas com coleta de dados de usuários para oferta de produtos e serviços. Palhares disse temer que uma lei com restrições aos serviços pela internet possa engessar o avanço do setor e inviabilizar esse modelo.

No mesmo sentido, Carol Conway, da Associação Brasileira de Internet (Abranet), criticou as restrições previstas no projeto para veiculação de publicidade. Ela observou que, sem liberdade para divulgar os

produtos na internet, diversas micros e pequenas empresas, que prosperaram pela oportunidade de divulgação do trabalho na rede, ficarão inviabilizadas.

Já o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Leandro Vilain, apontou efeitos negativos do projeto na gestão dos bancos. Segundo ele, o texto reduz a capacidade de análise de créditos de forma acurada, impedindo a oferta mais justa a cada perfil de risco. Para Vilain, as novas regras aumentariam os riscos de fraudes no sistema.

Na opinião de Manoel Antonio dos Santos, diretor jurídico da Associação Brasileira de Empresas de Software, o país já dispõe de legislação suficiente para tratar a questão, como o Marco Civil da Internet, que poderia abrigar regras de proteção de dados pessoais.

Eduardo Levy, diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), concorda. Ele citou resoluções da Anatel assegurando o direito ao sigilo de dados dos usuários.

Especialistas defendem segurança do usuário e regulamentação

Outra participante do debate na CCJ, Mônica Steffen Rosina, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), defendeu a regulamentação da proteção de dados de usuários da internet. Apontou, porém, entre as fragilidades do projeto em análise, inconsistências de conceitos. Como exemplo, citou o conceito de dado pessoal, que inclui o endereço IP, ou seja, a identificação do terminal que está sendo usado pelo usuário — que, para ela, não seria um dado pessoal.

Outro aspecto criticado foi a exigência de consentimento

do usuário quanto ao uso a ser feito dos dados solicitados e a concordância dele com as regras estabelecidas para o acesso a um aplicativo ou a alguma ferramenta.

Ela citou evidências mostrando que as pessoas não leem termos e condições de serviço e, se leem, não conseguem compreendê-los, por causa da complexidade. Afirmou ainda que a leitura de todos esses termos tomaria muito tempo do usuário.

— Se, para cada movimento na internet, eu precisar ler, entender e consentir com

aqueles termos, isso, em grande medida, inviabiliza a minha navegação — afirmou.

Virgílio Augusto Almeida, coordenador do Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil, concorda que a internet é hoje uma tecnologia essencial para os cidadãos, os governos e a economia. De outro lado, aponta o crescimento do crime cibernético, a invasão de privacidade e a espionagem.

Para conciliar os dois lados, disse, é preciso governança e um amplo debate sobre a proteção de dados pessoais, visando um ambiente seguro

e confiável para o cidadão,

Em defesa da nova lei, Danilo Doneda, da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, apontou a demanda da sociedade por uma norma específica sobre proteção de dados pessoais.

— Há várias vantagens em regular de forma unificada a proteção de dados. Você protege o cidadão, que passa a ter segurança sobre o que vai acontecer com os seus dados. [Também] favorece o fluxo de dados entre setores, entre *players* [atores do setor], e serve para fornecer seguran-

ça ao mercado e ao próprio Estado — afirmou.

Paulo Santarém, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), elogiou o Congresso por buscar definir normas de proteção aos dados pessoais, mas disse que o país está atrasado nessa iniciativa. Ele relatou que a União Europeia aprovou em 1981 uma lei com esse objetivo. Ele também apontou fragilidades no projeto de lei e, em especial, defendeu regras mais claras para a gestão que é feita pelo Estado dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros.

Avança prazo de 30 dias para seguradora pagar indenização

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que fixa em 30 dias o prazo máximo para as seguradoras pagarem indenizações por morte ou invalidez permanente. Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta segue para a Câmara.

O texto aprovado é um substitutivo do senador Jayme Campos (DEM-MT), que reduziu para 30 dias o prazo máximo para o pagamento das indenizações, contados a partir da entrega dos documentos que comprovam o sinistro. O autor do projeto (PLS 179/2011), senador José Pimentel (PT-CE), previa prazo de 60 dias, mas concordou com a mudança proposta pelo relator.

Segundo Jayme, a legislação em vigor não estabelece prazo para liquidação de sinistro. Ele informou que a sugestão

feita no substitutivo segue norma do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que fixa o prazo em 30 dias.

Ao justificar o projeto, o autor disse serem frequentes as dificuldades de beneficiários de seguros de vida e de acidentes pessoais receber o que lhes é devido em função da morte do segurado ou de eventos que lhes levam a invalidez permanente. Segundo Pimentel, os clientes das seguradoras também enfrentam exigências desproporcionais para receber a indenização. Por isso, ele pretende mudar o Decreto-Lei 73/1966, ao qual se subordinam todas as operações de seguro privado no país.

No substitutivo, o relator fixa que o não pagamento da indenização no prazo previsto implicará juros de mora conforme regras do Conselho Nacional

de Seguros Privados. Assim, a correção seguirá o percentual previsto em contrato ou, caso não haja a previsão, será usado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Pimentel havia proposto juros de mora de 1% ao mês sobre o valor da indenização devida.

Jayme também modificou o texto original para explicitar o direito da seguradora de solicitar documentos complementares ao beneficiário para comprovar o sinistro. Nesse caso, o prazo para pagar a indenização será suspenso até a entrega das informações.



Jayme Campos, relator, mudou o texto original para reduzir o prazo máximo de 60 para 30 dias

Para relator, Plano Nacional de Banda Larga pode ser universalizado com uso de 85% de fundos do setor, como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Relatório aponta fontes de recursos para expandir banda larga no país

O BRASIL FECHA o ano sem cumprir a meta de 35 milhões de residências com banda larga por R\$ 35, prevista no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Um diagnóstico sobre o atual estágio do programa foi apresentado ontem pelo senador Anibal Diniz (PT-AC) durante reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O documento foi aprovado pelo colegiado e será encaminhado ao governo federal e aos governos estaduais para auxiliar no desenvolvimento do programa.

Entre os problemas enfrentados para garantir a prometida oferta de internet em alta velocidade, estão as restrições orçamentárias para o setor, conforme Anibal. No documento, o relator apresenta formas de garantir dinheiro para a expansão da internet: incentivos fiscais para as empresas e utilização de recursos dos fundos do setor, como o Fundo de Universalização dos serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel), cuja arrecadação passou de R\$ 7 bilhões no ano passado. Com o uso de 85% desse valor para a universalização da banda larga, estima o senador, ainda restaria mais de R\$ 1 bilhão para garantir o funcionamento da Anatel e para atividades de desenvolvimento tecnológico.

Mesmo com os problemas, o relator sustenta que a qualidade e a oferta de internet nos últimos quatro anos melho-



Anibal Diniz apresentou ontem relatório com diagnóstico sobre o Plano Nacional de Banda Larga

raram. O *Especial Cidadania* publicado ontem pelo **Jornal do Senado** aborda pontos do relatório de Anibal.

— Apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo federal, dificilmente o resultado das políticas executadas ultrapassará, ao final de 2014, o percentual de 60% da meta prevista.

O relator participou de várias audiências públicas sobre o assunto, com a presença de representantes do governo, de empresas de telefonia e de entidades de defesa do consumidor. Dessa forma, observou Anibal, foi possível registrar uma radiografia precisa do atual estágio do PNBL.

— O Brasil precisa fazer acontecer esse programa. Hoje, a internet caminha a passos largos para ser um direito fundamental. As pessoas sem internet

não conseguem viver a plenitude da cidadania — destacou.

O Plano Nacional de Banda Larga foi escolhido pelo colegiado como política pública a ser avaliada ao longo do ano de 2014, seguindo determinação estabelecida pela Resolução 44/2013. A CCT foi a primeira a concluir o trabalho.

— Essa é a grande contribuição que esta Casa pode dar ao Executivo. Que o governo tenha a inteligência de aproveitar e reconhecer a necessidade que temos hoje de investir mais em tecnologia e expandir a banda larga — disse o presidente da CCT, senador Zeze Perrella (PDT-MG), que elogiou o trabalho realizado.

O relatório de avaliação do programa pode ser acessado em: <http://bit.ly/relatorioPNBL>

Para baixar preço, provedor pode ter ICMS reduzido

O investimento em banda larga também foi discutido pelos senadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ontem, o colegiado aprovou o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 15/2014, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que estabelece teto de 10% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo ao acesso à internet em banda larga. O objetivo é reduzir o preço e tornar o acesso possível a um maior número de pessoas.

A proposta incentiva a melhoria e a economicidade do acesso ao estabelecer a obrigação da operadora de assegurar velocidade nominal igual ou superior a 5 megabytes por segundo (Mbps) e cobrar tarifa mensal de menos

de R\$ 40 para se credenciar à alíquota de 10%. Se a velocidade nominal for igual ou superior a 10 Mbps, não é necessário o limite de R\$ 40.

Além da redução de tarifa, Gleisi prevê, com a implantação da medida, um aumento de até 2 milhões de assinaturas de banda larga fixa — um adicional equivalente a 9,5% em relação aos números atuais.

— Cerca de 40% dos brasileiros que possuem computador não têm como pagar uma assinatura de internet. Por isso, estamos propondo a redução de ICMS, porque hoje esse ICMS representa quase 27% do custo de uma assinatura. Ao reduzi-lo para 10%, haverá um impacto significativo no preço do serviço. E aí, com certeza, vamos au-

mentar o acesso — argumentou Gleisi.

O relator da proposta, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que o crescimento contribui para satisfazer a demanda da nova classe média, que está ávida por novos serviços com qualidade e preços módicos, a exemplo da internet em banda larga.

— Todos nós sabemos da relação com o aumento de produtividade no Brasil, com a melhoria do acesso à educação, do acesso aos serviços públicos. Eu acho fundamental avançarmos na discussão desse projeto de resolução do Senado — afirmou.

Agora o projeto deverá ser votado pelo Plenário do Senado. Não é preciso votação da Câmara, pois a Constituição dá ao Senado o poder de estabelecer alíquotas máximas para resolver conflito de interesse entre os estados — caso do ICMS sobre o serviço de banda larga —, na avaliação de Gleisi.

Entretanto, os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmaram que o assunto não envolve conflito de interesse entre estados, o que poderia caracterizar a inconstitucionalidade do texto.

Mesmo assim, a comissão aprovou pedido de urgência para o exame pelo Plenário. O relator argumentou que a discussão sobre a constitucionalidade deveria ser deixada para o Plenário, que analisará se o texto deve ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Anibal Diniz: R\$ 6 bi para levar internet veloz a todo o Brasil

Anibal Diniz (PT-AC) disse ontem em Plenário que o governo precisa investir pelo menos R\$ 6 bilhões por ano, durante oito anos, para garantir internet banda larga a todos os municípios e a todas as famílias brasileiras. Essa é uma das conclusões do relatório do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), preparado e apresentado ontem pelo parlamentar.

O senador, que trabalhou na avaliação do programa com a realização de audiências e viagens para averiguar a situação de alguns estados, informou que o relatório contém várias recomendações ao governo, entre elas a efetiva aplicação do dinheiro destinado à execução do plano, prejudicada pelos poucos recursos liberados para a Telebras.

Ele explicou que, apesar disso, o que já foi executado ajudou a aumentar em cerca de 80% o número de residências conectadas nos últimos quatro anos e garantiu internet banda larga móvel para muitas áreas rurais a partir deste ano, incluindo atendimento gratuito a escolas públicas rurais.

— De acordo com avaliação apresentada no relatório, há ainda 38,4 milhões de famílias brasileiras sem acesso ao serviço ou com acesso inadequado. Para solucionar a questão, é necessária parceria entre o setor público e o setor privado — afirmou.

Pinheiro propõe definir serviço como essencial

Walter Pinheiro (PT-BA) propôs definir a banda larga como “serviço essencial” de interesse coletivo. Isso pode ajudar a universalizar o serviço no país, acredita. A ideia do senador surgiu da dificuldade para cumprir as metas do Plano Nacional de Banda Larga.

— Todo mundo diz que banda larga é essencial. Se é essencial, nós poderíamos tranquilamente utilizar esses bons recursos do Fust [Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações] para promover a chegada da banda larga no país como um todo — defendeu.

A definição, que poderia ser feita por medida provisória ou projeto de lei, permitiria aplicar o artigo 65 da Lei Geral de Telecomunicações, que obriga o governo a explorar com a iniciativa privada os serviços considerados essenciais. Isso serviria de base para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) cobrar das empresas a universalização e possibilitaria utilizar adequadamente os recursos do Fust — o que não ocorre atualmente, explicou o senador.

Pinheiro também defendeu a aprovação da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), que unifica as regras para a instalação de torres de telecomunicações.



Gleisi defende projeto que estabelece teto de 10% do ICMS para provedores de banda larga

Instrumentador pode ganhar regulamentação

Médicos e enfermeiros sugeriram ontem, em debate na Comissão de Direitos Humanos, modificações no projeto que regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico

A SENADORA ANA Rita (PT-ES) afirmou que vai trabalhar pela aprovação, até o final do ano, do projeto de lei que regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico (PLC 75/2014), do deputado George Hilton (PRB-MG).

A regulamentação foi o tema da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), ontem, com a presença de profissionais da área médica, que manifestaram interesse em apresentar sugestões de modificações. Eles terão até terça-feira para encaminhar propostas.

A audiência teve a finalidade de obter subsídios para Ana Rita elaborar relatório sobre o projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A senadora afirmou que busca a harmonia entre os profissionais que atuam com o instrumentador cirúrgico: os médicos e os enfermeiros.

Ana Rita ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelo instrumentador e lembrou que esse profissional tem importantes atribuições durante o ato da cirurgia, como a ordenação e o controle de todo o material necessário para a intervenção, a seleção



Ana Rita (3ª à dir., ao lado de Ana Amélia) coordenou o debate, que teve participação de profissionais da área médica

e a apresentação dos instrumentos ao médico e seus auxiliares.

— O papel do instrumentador cirúrgico é específico. É algo que começa e termina no ato da cirurgia. Embora ele seja um dos primeiros a chegar, porque tem o papel de cuidar de todos os instrumentos, é o último a sair porque precisa também cuidar dos instrumentos pós-cirúrgicos — comentou a senadora.

A presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Co-

fen), Irene Ferreira, afirmou que a categoria é contra a aprovação do projeto da forma como se encontra, pois entende que diversas das atribuições da nova regulamentação já são de competência dos enfermeiros.

— O projeto ainda não está maduro. A gente entende que poderia ser uma especialização da própria enfermagem. Vamos reavaliar e extrair uma posição do conselho — disse.

A sugestão do Conselho Federal de Medicina, de acordo

com o primeiro-vice-presidente da instituição, Mauro Luiz Ribeiro, diz respeito ao artigo que, no entender dos médicos, pode dar autonomia excessiva aos instrumentadores durante o ato cirúrgico.

— Nos parece uma autonomia até certo ponto indevida. É mais uma questão de redação, realmente. Porque o cirurgião é o líder da equipe, o responsável por toda a assistência. Então, no exercício da profissão, o instrumentador está subordinado ao cirurgião.

A redação do artigo conflita um pouco com essa premissa — observou.

A presidente da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos (Anic), Maria Laura Savietto Alves, chamou a atenção para as características específicas da profissão. Ela lembrou que o instrumentador, como o médico, não tem carga horária de trabalho, pois é o primeiro a entrar na sala de cirurgia e o último a sair, independentemente do tempo que durar o ato. Também destacou a importância da qualificação e da reciclagem do profissional.

— Nós lutamos sempre pela reciclagem do profissional instrumentador cirúrgico. Que ele esteja sempre se reciclando, fazendo cursos. Nós temos cursos de especialização em videocirurgia, que é a última palavra nessa área — exemplificou Maria Laura.

O PLC 75/2014 já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Embora tenha sido objeto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, a proposta está em análise na Comissão de Assuntos Sociais. Depois terá que passar pelo Plenário do Senado. Se for aprovada com mudanças, terá que voltar à Câmara.

Perícia não conclui sobre morte de Jango

Depois de fazer a autópsia dos restos mortais do ex-presidente João Goulart, morto há 38 anos na Argentina, uma equipe de peritos coordenada pela Polícia Federal informou não ter encontrado sinais de medicamentos tóxicos ou veneno que pudessem ter levado Jango à morte. Assim, conforme notícia publicada no site da Agência Brasil, fica reforçada a hipótese de o ex-presidente, deposto pela ditadura militar em 1964, ter sido vítima de enfarte, já que ele sofria do coração.

“A negativa da presença de medicamentos tóxicos ou veneno, no entanto, não significa que Jango não tenha sido assassinado”, diz o informe da agência de notícias do Poder Executivo. É que as análises foram prejudicadas pela ação do tempo. “Do ponto de vista científico, as duas possibilidades [morte natural e envenenamento] se mantêm”, disse em entrevista na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República o perito cubano Jorge Perez, indicado pela família Goulart para participar das análises. Os peritos investigaram 700 mil substâncias químicas, de um universo de mais de 5 milhões conhecidas. Os resultados foram entregues pela titular da SDH,

ministra Ideli Salvatti, ao filho de Jango, João Vicente Goulart, na presença do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

A exumação do cadáver de Jango foi feita a pedido da família do ex-presidente, que queria esclarecer as circunstâncias da morte. Os parentes de João Goulart angustiavam-se com a suspeita de assassinato. Em seguida à exumação, o Congresso devolveu a Jango, simbolicamente, o mandato cassado pela ditadura militar.

A sessão solene foi realizada

em 18 de dezembro do ano passado no Plenário do Senado, com a presença da presidente Dilma Rousseff e de vários ministros. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Henrique Alves, pediram desculpas à família de Jango pela deposição.

Para Renan, o Parlamento brasileiro fez uma reparação histórica da “inverdade patrocinada pelo Estado contra um ilustre brasileiro, um nacionalista, patriota e reformista”.



Presidente João Goulart, ao lado da esposa, Maria Thereza, em foto de 1964

Prevenção do câncer de intestino é tema de debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência amanhã, ao meio-dia, para discutir políticas públicas de prevenção do câncer de intestino. Foram convidados Marlise Mello Cerato, presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia; Paulo Hoff, diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo; Paulo Gonçalves de Oliveira, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia; Angelita Habr-Gama, presidente da

Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino; e Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncogúia.

A audiência é realizada a pedido de Ana Amélia (PP-RS) para instruir projeto de lei instituindo o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino. Em 28 de maio, Ana Amélia saudou a Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino e alertou a população sobre os primeiros sinais da doença, que deverá matar 14 mil brasileiros em 2014.

Paim quer aprimorar proteção a refugiados

Paulo Paim (PT-RS) lembrou os 30 anos da Declaração de Cartagena, sobre refugiados. A declaração, informou, é um instrumento que os países da América Latina e do Caribe têm para oferecer asilo e proteção a refugiados políticos e a erradicados apátridas — pessoas que perderam a nacionalidade de origem. Segundo Paim, o documento deverá ser aprimorado, como resultado de encontro em

Brasília entre representantes dos governos da América Latina e do Caribe.

Paim informou ainda que, após reunião do diretório nacional, o PT garantiu apoio ao fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

Ele citou estudo que estima a criação de 3 milhões de empregos, caso ocorra a redução.

Na CPI, Costa confirma envolvimento de políticos

Ex-diretor de Abastecimento da Petrobras afirma que os nomes virão a conhecimento público “na época oportuna”. Outro ex-diretor da estatal, Cerveró diz desconhecer propina

EM SESSÃO DA CPI Mista da Petrobras ontem, Paulo Roberto Costa confirmou tudo o que contou nos depoimentos prestados à Justiça, ao Ministério Público e à Polícia Federal, acrescentando que apresentou as provas do que disse. Quando não as tinha, prosseguiu, indicou onde buscá-las. Costa admitiu que nos depoimentos citou nomes de “algumas dezenas de políticos”.

— Falei de fatos, falei de dados, falei de pessoas. Na época oportuna, essas pessoas todas virão a conhecimento público. Não é neste momento. Um dia virão. Eu não sei quando, não está na minha mão isso, mas tudo o que eu falei eu confirmo — disse.

Costa, que participou da sessão de acareação com o também ex-diretor da empresa Nestor Cerveró, afirmou ainda que casos de corrupção como os registrados na estatal de petróleo se repetem em outras áreas do setor público.

Ele admitiu ainda à CPI que assumiu a Diretoria de Abastecimento por indicação política, enfatizando que essa é uma prática seguida na Petrobras desde o governo Sarney, passando pelas gestões Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

— Infelizmente aceitei uma

indicação política para assumir a Diretoria de Abastecimento. Estou profundamente arrependido de ter feito isso. Resolvi fazer a delação de tudo o que acontecia na Petrobras, e não só na empresa. O que acontecia na Petrobras acontece no Brasil inteiro. Nas rodovias, nas ferrovias, nos portos, aeroportos, nas hidrelétricas. Isso acontece no Brasil inteiro. É só pesquisar, porque acontece — declarou.

E-mail para Dilma

Paulo Roberto se recusou, porém, a repetir na CPI o que revelou no processo de delação premiada, cujo teor ele é legalmente obrigado a manter sob confidencialidade. O ex-diretor também deu a versão dele para o e-mail que mandou à então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em setembro de 2009. Disse que, ao contrário do publicado pela revista *Veja*, não houve quebra de hierarquia, uma vez que o então presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, sabia que a mensagem seria enviada. Acrescentou que a determinação de enviar o e-mail partiu da própria Casa Civil.

Na mensagem, Costa adverte Dilma que o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendara ao Congresso Nacional



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

Cerveró nega corrupção na Petrobras e Costa confirma denúncias e diz que se sentia enojado com situação da empresa

a interrupção de três obras da estatal por ter encontrado irregularidades. O ex-diretor não foi claro ao explicar o que o levou a mandar a mensagem.

— Eu externei uma preocupação minha muito grande de

um processo que não estava me deixando nada satisfeito. Estava me deixando enojado. Mostrando que algumas coisas não estavam bem dentro da companhia — disse.

O deputado Carlos Sam-

paio (PSDB-SP) avaliou que o depoimento de Costa foi elucidativo à comissão de inquérito por dois motivos: o primeiro foi ele ter confirmado o que contou no processo de delação premiada, o outro foi a denúncia de existência de corrupção em outros setores da administração pública.

— O segundo ponto importantíssimo da fala dele foi quando ele confirmou que esse esquema de corrupção existe no transporte, na Eletrobras e em todos os meios — afirmou.

A acareação chegou a ser suspensa por 15 minutos, por causa das votações no Plenário do Senado. Alguns parlamentares insistiram para que continuasse, mas o presidente em exercício da CPI mista, senador Gim (PTB-DF), alegou que o Regimento Interno obrigava a suspensão dos trabalhos.

Cerveró nega propina e volta a defender Pasadena

O ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró repetiu que a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, foi um bom negócio para a empresa. Reafirmou também desconhecer a existência de esquema de propina na Petrobras.

— Desconheço esse esquema e qualquer esquema de propina — disse.

Ele reafirmou a tese de que havia um plano aprovado em

1999, indicando a necessidade de expansão do parque de refino brasileiro no exterior.

— A avaliação que foi feita pelos auditores do TCU contém alguns equívocos que levaram a essa divulgação fartamente explorada pela mídia de um prejuízo que inexistente. Inexistente esse prejuízo — afirmou.

Cerveró antecipou que não conhecia os termos da delação premiada entre Paulo

Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da empresa, e autoridades que investigam o caso. Por isso, não responderia a perguntas relativas a vazamento de informações ou notícias veiculadas pela mídia. Informou ainda que a defesa dele está sendo paga por seguro que cobre atos de gestão de conselheiros e da diretoria. Nesse momento, Paulo Roberto Costa o interpelou, esclarecendo que a Petrobras

não está dando nem um centavo para ajudá-lo.

Os parlamentares fizeram a acareação para esclarecer divergências em depoimentos anteriores dados pelos dois. Paulo Roberto Costa já tinha dito à Polícia Federal que houve pagamento de propina para que a empresa adquirisse a refinaria de Pasadena e acusou Cerveró de ter sido beneficiado pelo esquema. Cerveró negou qualquer irregularidade.

Texto determina que novas hidrelétricas devem prever eclusas

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode votar hoje substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 209/2007, que regulamenta a construção de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis em rios com barragens.

Segundo o texto aprovado pelos deputados, os projetos para construção de novas hidrelétricas devem prever a construção simultânea de eclusas ou outros mecanismos de transposição de nível. No entanto, ficam excluídas da regra barragens com aproveitamento de até 50 mil MW assim

como aquelas em construção na época da promulgação da nova lei.

A proposta estabelece que a responsabilidade por manter a navegabilidade na barragem é do responsável pela exploração do reservatório.

O relator na CI, Francisco Dornelles (PP-RJ), ressalta, em voto favorável, que um dos maiores empecilhos à navegação interior no Brasil é a ausência de eclusas para a transposição das barragens que fazem o aproveitamento hidrelétrico nos rios do país.

“A matéria é iniciativa louvável

no sentido garantir a navegação de nossas hidrovias e de evitar desperdício de recursos públicos”, afirma.

Serviço público

O projeto estabelece que a operação e a manutenção de eclusas constituem serviço público, que poderão ser prestados diretamente ou indiretamente pelo poder público.

A construção deverá ser precedida de declaração de reserva de disponibilidade hídrica. No caso de rio de domínio da União, a declaração será solicitada pelo Ministério

dos Transportes quando se tratar de exploração direta pelo poder público.

Quando se tratar de concessão, o órgão responsável por requerer o documento será a Agência Nacional de Transporte Aquaviário. Para exploração de hidrelétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica continua sendo o órgão competente, como já prevê a legislação.

O projeto determina ainda que a declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada automaticamente em outorga

de direito de usos de recursos hídricos.

Concessionário

No processo de concessão de eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, o poder concedente poderá priorizar o concessionário de geração de energia que opera a barragem.

Para isso, o interessado deverá constituir outra pessoa jurídica com fins específicos. Essa nova empresa poderá explorar diretamente a eclusa ou contratar prestadores, desde que tenha autorização prévia do poder concedente.

Trote violento contra alunos de universidades públicas e privadas e de academia militar pode render 2 anos de detenção e multa de até R\$ 20 mil. MPU quer avaliar proposta

Adiada decisão sobre criminalização do trote

A COMISSÃO DE Educação (CE) decidiu transferir para a próxima semana a votação do projeto que enquadra como crime o trote estudantil violento e vexatório. A previsão é de até dois anos de detenção, conforme o substitutivo apresentado a quatro projetos sobre o assunto que tramitavam conjuntamente.

O adiamento atendeu solicitação vinda do Ministério Público da União (MPU) e do Ministério da Justiça. O senador Paulo Paim (PT-RS) transmitiu a mensagem e conseguiu apoio para um pedido de vista coletiva. Paim esclareceu que as instituições não são contrárias, mas querem tempo para avaliar o substitutivo.

As medidas para coibir o trote violento se aplicam a alunos de universidades públicas e privadas, além de estudantes de academia ou estabelecimento de ensino ou treinamento militar, inclusive quartéis. São

ainda previstas penalidades administrativas depois da instauração de processo para apurar as ocorrências. A multa pode chegar a R\$ 20 mil e o estudante pode também ser afastado da instituição de ensino.

O substitutivo, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), teve como relator ad hoc o senador Wilson Matos (PSDB-PR). O texto também passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e depois será votado em Plenário.

O substitutivo acrescenta a prática do trote entre as modalidades delituosas do crime de constrangimento ilegal, previsto no Código Penal (artigo 146) e no Código Penal Militar (artigo 222). A pena será de detenção de seis meses a dois anos, sem excluir as penalidades pela correspondente violência.

De acordo com o projeto, o crime se caracteriza pela prática de "constranger estudante, em razão de sua condição de



Cyro Miranda preside a Comissão de Educação, que adiou ontem a votação de vários projetos por falta de quórum

calouro", seja por ofensa à sua "integridade física ou moral", exposição da pessoa "de forma vexatória" ou quando lhe seja exigido "bens ou valores, independentemente de sua destinação".

A comissão aprovou ainda ontem requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para a realização

de audiência pública para debater uma política nacional sobre doações privadas às universidades públicas. O objetivo é examinar boas experiências internacionais, além de medidas necessárias para superar dificuldades legais, tributárias e institucionais que hoje prejudicam ou inviabilizam as doações.

As votações dos projetos que dispensam análise em Plenário foram adiadas por falta de quórum, como o PLS 255/2014, de Wilson Matos, que institui a escola de tempo integral; e o PLS 514/2007, de Paulo Paim, que sugere a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo para a formação dos dependentes de empregados.

Fica para terça votação sobre cooperativas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para terça-feira a votação do projeto de uma nova Lei das Cooperativas, em substituição à atual (Lei 5.764/1971). Ontem, a relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), apresentou substitutivo a dois projetos do Senado que tramitam em conjunto — PLSs 3/2007 e 153/2007, respectivamente do então senador Osmar Dias e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O substitutivo de Gleisi garante a liberdade de associação das cooperativas, que poderão se filiar à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou à União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), a nenhuma delas ou até mesmo

às duas, se assim o desejarem. Entretanto, torna obrigatório o registro na OCB ou na Unicopas para a entidade ser reconhecida como cooperativa.

Esse é um dos pontos de divergência entre os dois projetos. Enquanto o de Osmar Dias define a OCB e as organizações das cooperativas estaduais (OCEs) como representantes exclusivas do cooperativismo, a proposta de Suplicy determina a livre organização das entidades.

Outra diferença entre os projetos é a definição do que é ato cooperativo. O projeto de Suplicy define como "aquele praticado entre a cooperativa e seu cooperado, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constituem

o objetivo social" da entidade. A proposta de Osmar Dias equipara ao ato cooperativo os "negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais".

A definição é importante porque a Constituição prevê tratamento tributário mais favorável para ato praticado entre a cooperativa e os sócios.

No substitutivo, Gleisi optou por deixar para uma futura lei complementar a definição de ato cooperativo para fins de tributação.

Aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Agricultura (CRA), o projeto tem decisão final na CAE. Assim, pode seguir diretamente para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

Comissão debate situação de emergência em cidades

A Comissão de Infraestrutura (CI) recebe hoje o ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, em audiência pública sobre os procedimentos administrativos do ministério para reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública nos municípios.

No requerimento para a audiência, o senador Pedro Taques (PDT-MT) explica que a quantidade de municípios que fizeram os pedidos subiu de 13 em 2010 para 58 em 2014.

Para o senador, os processos correspondentes encontraram obstáculos no próprio ministério, havendo

uma considerável lacuna entre as solicitações feitas e as finalizadas.

— Pude constatar pessoalmente que a situação é grave em todas as regiões do Brasil e é fortemente influenciada pelo reduzido quadro de técnicos do ministério — disse.



Ministro Francisco José Teixeira participa de audiência pública hoje

“Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um estranho ímpar.”
Carlos Drummond de Andrade

Senado Federal | Sessão | Publicidade e Marketing

VIII Semana
de Valorização da
Pessoa com Deficiência

em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

de 1º a 12 de dezembro de 2014
no Senado Federal



Apoio:
Sindilegis

Realização:
SENADO FEDERAL

Avança texto que evita paralisação de obra pública

Projeto prevê que edital para licitação terá de exigir licença ambiental de instalação. Hoje documento é pedido após escolha de empresa, o que tem causado problemas

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem o projeto PLS 401/2013, que torna obrigatória a inclusão da licença ambiental de instalação entre os documentos que devem constar dos editais para licitação de obras públicas. A proposta é de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e segue para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A lei em vigor obriga que conste dos anexos do edital o projeto básico aprovado e as licenças ambientais prévias, entre outros documentos. Já a licença de instalação é exigida da empresa vencedora da licitação, como condição para o início das obras.

De acordo com Aloysio, a facilidade de concessão de licenças prévias e a

deficiência dos projetos básicos resultam com frequência na paralisação de obras já licitadas, por problemas na obtenção da licença de instalação.

O relator do projeto na comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), concorda com esses argumentos.

O senador considera que, ao incluir a licença de instalação como parte integrante do edital, o projeto incentiva o poder público a produzir estudos adequados à emissão do documento, sem o qual não se poderá iniciar a obra ou empreendimento.

Amazônia

O presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), abriu a reunião lembrando a redução de 18% do índice de desmatamento na Floresta Amazônica, divulgada recentemente pelo Instituto



Acir Gurgacz relata o projeto que prevê licença ambiental antes do edital de licitação de obras

Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe). O senador atribuiu parte do bom resultado à legislação aprovada em 2012. — Com o Código Florestal, o Brasil

entra numa nova fase. O código buscou conciliar a produção de alimentos e a preservação ambiental — afirmou Blairo.

Projeto incentiva uso de bioquerosene

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem parecer favorável ao projeto (PLS 506/2013) de Eduardo Braga (PMDB-AM) que cria o Programa Nacional do Bioquerosene.

O programa objetiva desenvolver tecnologia limpa na

produção de biocombustível, cuja mistura em proporções adequadas com o querosene da aviação de origem fóssil não requer alterações nos motores, nas aeronaves e na infraestrutura de distribuição.

A Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata)

estima que 15% dos combustíveis utilizados a partir de 2020 na aviação civil serão de fontes renováveis. Estão sendo realizados voos com combustíveis alternativos, incluindo o bioquerosene, para demonstrar a viabilidade técnica desses novos produtos.

O relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC) foi lido por Ivo Cassol (PP-RO), que ressaltou o fato de a aviação brasileira contribuir apenas com 2% das emissões de gases causadores do efeito estufa. Ele destacou que a produção e o uso de biocombustíveis devem ser incentivados para a sustentabilidade ambiental no país.

O projeto segue para decisão final na CCJ.

Internauta pode participar hoje de debate sobre ensino

A elaboração de uma base curricular nacional comum será tema de audiência pública hoje, às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O assunto tem sido motivo de preocupação de pais, alunos e professores. Enquanto parte dos envolvidos acredita que uma base comum poderia melhorar o padrão de qualidade nacional do ensino, outra parte teme uma restrição à liberdade no modo de ensinar e aos aspectos culturais e regionais.

Para o debate, estão convidados representantes da Fundação Lemann e do Conselho Nacional de Secretários de

Educação (Consed), além de pesquisadores do tema.

A audiência foi proposta pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e contará com os serviços de interatividade do Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CEcurriculo>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoEducacao>



Braga é autor do projeto que cria o Programa Nacional de Bioquerosene

Suplicy espera aumento da expectativa de vida

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a revisão da expectativa de vida no país, divulgada na segunda-feira pelo IBGE. Quem nasceu no ano passado deve viver em média 74,9 anos — quatro meses a mais que o previsto em 2012. Desde 1980, o brasileiro ganhou mais de 12 anos de vida.

Suplicy comparou a expectativa de vida no Brasil com a do Japão, país conhecido pela longevidade dos



Moreira Mariz/Agência Senado

habitantes, que vivem em média 83,6 anos. As mulheres continuam com expectativa de vida maior que a dos homens, que são vítimas mais frequentes da violência.

— Esperamos que, no próximo mandato da presidenta

Dilma Rousseff, os condicionantes que afetam a expectativa de vida de todos nós brasileiros sejam ainda significativamente melhorados — disse o senador.

Ferraço lembra o Dia de Combate à Corrupção

Ao lembrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção, a ser comemorado no dia 9, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) alertou para a indignação crescente do povo diante desse crime. Ele citou o debate sobre corrupção na campanha eleitoral e disse esperar que as promessas de avanços sejam levadas adiante.

Ferraço criticou os cortes sucessivos no orçamento da Controladoria-



Moreira Mariz/Agência Senado

-Geral da União, que hoje está “de pés e mãos atados”. O senador ainda questionou o Poder Executivo por não ter regulamentado a Lei Anticorrupção, sancionada há mais de um ano.

— Se tivesse sido adotada há mais tempo, a Lei da Empresa Limpa poderia ser usada de forma exemplar, por exemplo, na Operação Lava-Jato. Ou ainda poderia até ter inibido os assaltos aos cofres da Petrobras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Suspensa sessão que abriria pauta para superávit

Tumulto impediu que dois vetos fossem analisados na sessão de ontem do Congresso. Votação do PLN 36/2014 ficou para hoje

APÓS DUAS HORAS e meia de uma sessão conturbada, o Congresso Nacional suspendeu ontem a análise de dois vetos presidenciais que impediam a votação do projeto que flexibiliza a meta do superávit primário do governo federal deste ano (PLN 36/2014). A sessão continuará hoje, às 10h.

A transferência da sessão se deu após a tentativa de retirada de manifestantes das galerias. Eles protestavam contra a alteração da meta de superávit com gritos, palmas e palavras de ordem. Como o Regimento Comum não permite manifestações nas galerias durante as votações, o presidente do Senado, Renan Calheiros, acionou a Polícia Legislativa para tentar continuar a sessão.

— Isso demonstra a absoluta responsabilidade que a oposição tem com o fato. Vinte e seis pessoas assalariadas, presumivelmente, paralisam o Congresso Nacional. Que democracia é essa? — questionou o senador, que presidia

a sessão do Congresso.

A decisão de Renan foi motivada por manifestação da líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ). Ela pediu a desocupação das galerias, acusando manifestantes de terem xingado a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) enquanto ela discursava.

— Numa sessão em que se debate política, não se admite que uma parlamentar seja chamada de vagabunda. Nenhuma mulher deve ser chamada assim! — protestou Jandira.

Desordem

O mérito dos vetos nem chegou a ser discutido na sessão. As questões regimentais dominaram o debate. A oposição questionou a sessão realizada na semana passada e cobrou discussão individual dos itens. Parlamentares oposicionistas também fizeram grande pressão para que fosse autorizado o acesso às galerias de pessoas que desejavam acompanhar.



Nas galerias da Câmara, manifestantes contrários à votação da meta do superávit. Lá embaixo, no Plenário, deputadas protestam contra xingamento a senadora

Renan disse que o acesso foi liberado mediante entrega de senhas às bancadas partidárias, em número proporcional ao tamanho de cada uma delas. O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) não aceitou a explicação, alegando que as galerias se encontravam vazias.

Um dos vetos presidenciais (VET 28/2014) trata do projeto de lei que propõe mudar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho. De acordo com a mensagem que explica as razões do veto, “a Lei 11.892/2008, que criou os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, atribuiu-lhes atuação regionalizada, devendo seu nome guardar



referência a sua localização”.

O segundo (VET 29/2014) refere-se a um projeto que altera o nome da Barragem Boqueirão de Parelhas, no município de Parelhas (RN), para Barragem Dr. Ulisses Bezerra Potiguar. Na justifi-

cativa enviada ao Congresso, a presidente Dilma afirma que a proposta é inconstitucional “por ausência de competência legislativa da União, uma vez que pretende atribuir nome a bem público do estado do Rio Grande do Norte”.

Oposição aponta falha na votação do Congresso da semana passada

Logo após o início da sessão de ontem do Congresso, deputados da oposição classificaram de irregular a sessão da última terça-feira, em que 38 vetos presidenciais foram votados. Segundo eles, houve descumprimento das regras de abertura dadas pelo Regimento Comum.

Segundo o deputado Claudio Cajado (DEM-BA), a sessão começou sem a verificação do quórum — o que foi feito quando o trabalho já estava em andamento. E ele afirma

que a Presidência usou a lista de presença da sessão anterior.

— A sessão foi iniciada com discursos e manifestações e aguardava-se o anúncio do quórum regimental para declará-la aberta. Ou se abre, ou não se abre — disse o deputado, lembrando que o esvaziamento do Plenário leva a sessão a cair a qualquer momento.

Pelo PSDB, o deputado Vanderlei Macris (SP) reforçou o argumento, dizendo que estava no Plenário 30

minutos depois do horário da convocação — prazo dado pelo regimento para a abertura, se houver quórum, ou desistência. Segundo o deputado, o início da sessão foi irregular porque só havia cinco parlamentares.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que também preside o Congresso, respondeu que questão semelhante já havia sido apresentada pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e deferida na sessão anterior do Congresso.

— O senador Romero [Jucá, PMDB-RR] abriu aquela sessão com base na lista de presença anterior. Eu deferi a questão de ordem apresentada pelo senador Aloysio. Nós abrimos a sessão de hoje com lista de presença acusando o comparecimento de 363 deputados e 60 senadores — explicou Renan.

Apesar dos argumentos da oposição, a votação dos vetos continua válida. A legalidade na abertura da sessão é alvo de questionamentos porque

houve a tentativa de obstruir a votação. Em clima de embate entre a base e a oposição, o Congresso concluiu a análise de 38 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei, após mais de seis horas de discussão e votação.

A oposição criticou o anúncio de Renan de que a votação seria feita por cédulas, em que cada parlamentar assinala o voto a favor do veto ou contra. Os oposicionistas cobravam a votação nominal de cada veto. Usou-se cédula única.

Senado estuda formas de aprimorar a análise de vetos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros parlamentares têm afirmado que uma regulamentação da análise dos vetos é urgente. Alguns projetos no Senado podem contribuir para solução.

A votação de vetos passou por mudança substancial em 2013, com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 76. Ela fez com que a votação deixasse de ser secreta, mas o Regimento Comum não foi adaptado para definir regras da votação aberta.

Oito propostas de emenda à Constituição (PECs), em

análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tratam da análise dos vetos.

Todas foram apresentadas antes da EC 76 e acabaram deixadas de lado. Mas sete delas, se aprovadas, restaurariam a votação secreta para vetos. As PECs estendem o prazo do Congresso para votação dos vetos, que atualmente é de 30 dias — a partir disso, a pauta fica trancada até que os vetos sejam analisados.

Entre os novos prazos sugeridos, estão 45 dias (PEC 4/2013), 60 dias (PEC 96/2011), 90 dias (PEC 1/2013, PEC 16/2013 e

PEC 30/2013) e 120 dias (PEC 13/2013). A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), autora do projeto que propõe o maior prazo, vê prejuízo às atividades do Parlamento no modelo atual. As PECs 16 e 30 introduzem a ideia da rejeição ao veto por decurso de prazo: ao fim do tempo limite, o veto será rejeitado automaticamente.

Sem alteração constitucional, a votação dos vetos continua secreta e permanece a necessidade de criar uma regulamentação no Regimento Comum. O consultor legislativo do Senado Gilberto Guerzoni Filho, espe-

cialista em processo legislativo, destaca a importância de haver uma norma clara.

— A função do regimento é permitir que tanto a Maioria quanto a Minoria saibam das regras — explica.

Mesmo antes de um projeto de resolução que normatize a votação, uma solução pode ser estabelecida. A Secretaria Legislativa do Congresso e a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen) desenvolveram um sistema de votação por cédula eletrônica, para ser implementado no Plenário da Câmara,

onde são realizadas as sessões do Congresso. Cada parlamentar preencherá a cédula pelo computador e imprimirá os votos em uma folha. Depois, no Plenário, cada documento com os votos receberá a etiqueta que identifica o parlamentar. O resultado será lido automaticamente por código de barras.

O secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, explica que o processo agilizará a votação e a apuração, que, em cédulas de papel, leva horas:

— O documento permitirá a leitura eletrônica instantânea.

Decreto sobre emendas provoca polêmica

Diversos senadores ocuparam a tribuna do Plenário ontem para falar não só sobre o projeto que flexibiliza a meta de superávit em 2015 (PLN 36/2014), mas principalmente sobre o Decreto 8.367/2014, que condiciona a liberação de emendas parlamentares in-

dividuais à votação da meta fiscal. O decreto, publicado na sexta-feira, aumenta em R\$ 10 bilhões os recursos para gastos de diversos ministérios, fundos e transferências obrigatórias, passando o total de R\$ 252 bilhões para R\$ 262 bilhões. Do montante acrescentado, R\$

444 milhões são para emendas parlamentares, que passam de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 6,9 bilhões. Entretanto, o decreto determina que a distribuição e a utilização desses valores ficam condicionadas à publicação da lei resultante da aprovação do PLN 36.

Simon redige projeto contra “toma lá, dá cá”

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto para sustar o decreto por meio do qual o governo se compromete a liberar mais de R\$ 444 milhões em emendas parlamentares individuais se o Congresso aprovar projeto que flexibiliza o superávit primário.

Segundo o senador, isso representa R\$ 800 mil para cada deputado e cada senador destinar a seus redutos eleitorais, uma vez aprovado o projeto que permite ao governo reduzir o valor que deveria poupar neste ano.

— Esse decreto é o vexame dos vexames. Se a gente governava dando para receber, “toma lá, dá cá”, “me dá o ministério, eu voto em ti”; se fazia em acordo de boca; agora é lei. Bela política do Partido dos Trabalhadores neste final de governo e neste início de outro!



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Renan, medida não é chantagem, é consequência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a edição de decreto condicionando uma nova liberação de R\$ 444 milhões para as emendas individuais dos parlamentares à aprovação da proposta que muda a meta fiscal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 não pode ser considerada “chantagem” do Executivo, como acusaram parlamentares de oposição.

— Pelo contrário. Se você não aprovar a alteração na LDO, não tem como cumprir efetivamente nada. Não é chantagem. É consequência — afirmou.

Para Renan, não apenas as emendas parlamentares, mas todo o Orçamento federal ficará prejudicado se os senadores e deputados não votarem o PLN 36/2014, que permite ao governo abater da meta os gastos com desonerações tributárias e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) além do limite de R\$ 67 bilhões vigente na LDO de 2014.

— Sinceramente, não vejo



Jane de Araújo/Agência Senado

Segundo Renan, todo o Orçamento ficará prejudicado se projeto não for votado

vinculação entre uma coisa e outra. Há um desejo do Congresso Nacional para deliberar. Essa coisa de liberação de emenda acontece todo final de ano. Neste ano, mais ainda, por causa da ação da lei com relação às eleições — argumentou.

Assinado pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira, o Decreto 8.367/2014 aumenta de R\$ 7 bilhões para

R\$ 10 bilhões os recursos disponíveis para gastos de vários ministérios neste ano.

Desse novo montante, R\$ 444 milhões são reservados para atendimento de emendas de deputados e senadores. Entretanto, o decreto determina que a distribuição e a utilização das verbas ficam “condicionadas à publicação da lei resultante da aprovação do PLN 36, de 2014”.

FHC havia sugerido proposta semelhante, afirma Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse não entender alguns líderes da oposição que agora criticam o governo por querer mudar a LDO para flexibilizar a meta do superávit primário, mas que nada fizeram para impedir que o mesmo fosse feito em 2001, quando o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, propôs uma medida semelhante ao Congresso Nacional.

Para ele, a opção do atual governo de flexibilizar a meta do superávit primário vai garantir o equilíbrio fiscal e manter os empregos gerados nos últimos anos.

— Se nós não tivéssemos olhado a conjuntura econômica e feito políticas anticíclicas, sabe o que teria acontecido neste ano? Nós iríamos fechar o ano com um crescimento negativo de 1,5% a 2% ao ano. É isso o que a oposição queria? — indagou o senador.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gleisi: mudança é necessária para corrigir rumos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) explicou que a LDO não obriga o governo a definir superávit primário, apenas determina a previsão de uma meta de resultado nominal e primário.

A senadora lembrou que essa previsão de meta se tornou obrigatória na época em que o Brasil tinha dívida externa alta, não havia reservas internacionais e a dívida pública chegava a 60% do PIB.

Nos últimos sete anos, frisou ela, a meta de resultado nominal e primário já foi modificada sem que o Congresso visse controvérsia.

— É legítimo a presidenta mandar para cá uma medida, pedir a mudança e o Congresso mudar. Não há ilegalidade, irresponsabilidade nem falta de planejamento. Muitas vezes temos de corrigir alguns rumos e nos adequar ao que está acontecendo — argumentou.

Para Gleisi, não há por que tirar dinheiro de investimentos ou cortar a desoneração do setor produtivo para pagar serviços da dívida.

Viana diz que Dilma conduziu bem finanças públicas

Ao defender a aprovação do projeto, Jorge Viana (PT-AC) disse que a presidente Dilma conduziu corretamente as finanças públicas no primeiro mandato. O senador afirmou que a mudança da lei não é manobra para “tapar o sol com a peneira”, mas a busca do tratamento sério de um problema que afeta igualmente estados e municípios governados pela oposição.

— A verdade é uma só: o nosso governo, a presidente Dilma, foi responsável. Ela agiu corretamente durante seu primeiro mandato, enfrentou uma crise externa grande e, certamente, vai poder tirar lições desses primeiros quatro anos e fazer um segundo mandato ainda melhor — disse.

O senador ainda mostrou o resultado favorável do Brasil em comparação com países do G20 e manifestou confiança na capacidade da nova equipe econômica.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Ana Amélia, governo demonstra incapacidade fiscal

Ana Amélia (PP-RS) criticou o projeto do governo que reduz o superávit primário previsto na LDO 2014.

— No apagar das luzes de 2014, a Presidência da República resolve envolver o Congresso Nacional num jogo de faz de conta para tentar passar a ideia de que estamos diante de uma administração séria — afirmou.

Para a senadora, o projeto é uma prova da incapacidade fiscal do governo. Ela também disse que a utilização recorrente de truques contábeis destruiu a confiança na política fiscal, importante para que sejam mantidos programas como o Bolsa Família.

— A quem o governo pretende enganar com esse projeto, que tem a finalidade de alterar o resultado fiscal? A verdade é que houve distribuição de benefícios em detrimento da arrecadação de recursos previstos no Orçamento. O governo não cumpre a lei e agora entende por bem mudar a lei para se justificar — criticou.

Lídice afirma que PSB é favorável a flexibilizar meta

Lídice da Mata (PSB-BA) comunicou decisão do PSB de tomar uma posição de “independência e propositiva” com relação ao governo federal.

A senadora explicou que o partido defende, entre outras coisas, as reformas política, eleitoral e partidária, o novo federalismo, uma reforma urbana com mais qualidade de vida, escola em tempo integral e a criação de um pacto de combate à corrupção.

Lídice afirmou que, apesar de considerar que a mudança da meta de superávit não é desejável, o partido entende que ela é necessária neste momento.

— É preciso, acima de tudo, garantir que nós não entremos numa política mais recessiva ainda do que o momento de dificuldades por que passamos na economia nacional — alertou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Humberto, Executivo opta por defender trabalhador

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), classificou de acertada a iniciativa do governo de propor uma mudança na LDO para flexibilizar a meta do superávit primário. Segundo ele, isso adapta a economia e a política fiscal ao cenário internacional, com a clara opção pela preservação de direitos dos trabalhadores.

Mas isso não quer dizer que o governo não poupará para pagar juros da dívida, acrescentou o senador, ao lembrar que, das últimas sete LDOs aprovadas, cinco sofreram alteração.

— O momento pede que recuemos em um campo para avançarmos em outro, sem, contudo, abrir mão do compromisso de realizar maior superávit primário. Não há qualquer sinal negativo dado pelo Brasil em relação a isso. Temos compromisso com a responsabilidade fiscal e o controle da inflação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Líderes discutem relatório da Receita de 2015

Presidente da Comissão Mista de Orçamento reúne lideranças partidárias para viabilizar análise de parecer do relator

O PRESIDENTE DA Comissão Mista do Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), reúne-se hoje com lideranças partidárias, às 10h, para assegurar a aprovação do relatório da Receita do Orçamento de 2015, em exame no colegiado. Também estão marcadas reuniões às 14h30 e às 18h.

Ontem, a falta de quórum provocou a suspensão das sessões marcadas para as 14h30 e as 20h. A reunião prevista para hoje às 10h foi cancelada para permitir o encontro dos líderes com Devanir Ribeiro.



Comissão não teve quórum para as sessões de ontem. Deputado Devanir Ribeiro (à esq., à mesa), presidente da CMO, quer conseguir acordo para votação hoje

O relatório da Receita do Orçamento de 2015 foi apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS). O documento reestima a arrecadação federal para o próximo ano, elevando a receita total em R\$ 21,2 bilhões, passando de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47

trilhão. Parte do acréscimo (R\$ 2,4 bilhões) será transferida para estados e municípios, via fundos de participação (FPM e FPE) e outras obrigações legais. Assim, a União ganha, na proposta orçamentária, mais R\$ 18,9 bilhões.

O recurso também servirá

para o relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), atender demandas que chegam ao Congresso durante a tramitação do projeto, como recursos para emendas de parlamentares.

Pimenta apresentou o relatório semana passada, quando foi iniciado o debate sobre a matéria. Opositoristas prometeram apresentar sugestões para aperfeiçoar o parecer.

Conheça o relatório da Receita: <http://bit.ly/LOA2015receita>

Código de Processo Civil deve ser aprovado ainda neste ano

O Senado entregará aos brasileiros, ainda este ano, o novo Código de Processo Civil (CPC), com normas que simplificam os processos e agilizam o julgamento das ações cíveis, inclusive inibindo recursos que servem apenas para adiar as decisões judiciais. O texto, um substitutivo da Câmara a projeto original do Senado (PLS 166/2010), será votado amanhã pela comissão temporária que trata do tema. Depois, irá para o Plenário, para decisão final.

O projeto estimula a solução consensual dos conflitos levados à Justiça, já envolvendo alto grau de consenso. Por essa razão, a expectativa é que seja aprovado e levado para a sanção presidencial antes do recesso parlamentar. O presidente do Senado, Renan Calheiros, já havia confirmado a inclusão do projeto na pauta prioritária do Plenário no retorno das atividades após as eleições.

O texto do Senado foi elaborado a partir do anteprojeto de uma comissão de juristas constituída em 2009 pelo então presidente do Senado, José Sarney. Aprovado em 2010, o projeto foi para a Câmara, onde recebeu diversas modificações. Retornou ao Senado em abril deste ano.

Elaborado por Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relatório sobre a matéria foi apresentado na semana passada. O voto do relator é pela aprovação. O presidente da comissão temporária, José Pimentel (PT-CE), concedeu vista coletiva ao texto, que tem 1.069 artigos.

Vital destaca a importância das normas do processo civil para a concretização de direitos fundamentais, como os da personalidade, da propriedade e da dignidade. Ele observa

que é por meio do processo que os direitos deixam “o plano das ideias para ingressar no mundo real”:

— O processo é a ponte que os injustiçados podem atravessar para encontrar a concretização da Justiça.

O relator chamou a atenção para o envolvimento de setores da sociedade civil durante a elaboração e a discussão do projeto. Foram realizadas audiências públicas e coletadas sugestões da sociedade por meio eletrônico, entre outras formas de consulta. Ele afirmou que o trabalho deve resultar no primeiro CPC nascido num regime verdadeiramente democrático no país.

Um dos códigos antecedentes foi adotado durante a ditadura do Estado Novo, na era Vargas. O texto atual, de 1973, nasceu no regime militar.

Conciliação

A comissão temporária recebeu 186 emendas ao substitutivo. Nessa fase, só podiam ser sugeridos ajustes de redação ou supressão de modificações ou acréscimos feitos pelos deputados, com restauração do texto original do Senado, caso houvesse. No final, o relator conservou a maior parte das mudanças feitas pela Câmara, caso da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos.

De acordo com o substitutivo, sempre haverá uma fase prévia de conciliação e mediação entre as partes, por meio dos centros judiciários, dotados de profissionais especializados. O projeto do Senado autorizava a adoção de meios de conciliação e mediação, mas sem definir como obrigatória a fase inicial para que as partes tentem acordo.



Em 2009, José Sarney cria comissão de juristas para elaborar projeto do CPC

Proposta prevê instrumento que resolve ações judiciais recorrentes

Outra forma de destravar a Justiça, prevista no projeto do novo CPC, é a adoção de um instrumento que soluciona demandas recorrentes, com centenas ou milhares de causas semelhantes, situação comum nas áreas previdenciária e de direitos do consumidor. Trata-se do chamado incidente de resolução de demandas repetitivas, por meio de um pedido à Justiça federal ou estadual.

— Os juízes de primeiro grau deixarão os processos suspensos até julgamento do incidente, quando o respectivo tribunal fixará uma orientação aplicável a todos os feitos — explica Carlos Eduardo Elias de Oliveira, consultor do Senado.

Já previsto no texto original, o instrumento recebeu aperfeiçoamento da Câmara mantido no relatório de Vital do Rêgo. Para maior efetividade das decisões, quando se tratar de incidente relativo a prestação de serviço concedido pelo poder público, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão ou à agência reguladora competente, para que fiscalize o cumprimento da decisão.

O consultor esclarece que o relatório, para restringir iniciativas protelatórias, “prestigiou” o acesso ao recurso único. Na prática, promoveu o retorno da versão original do Senado, para restringir as hipóteses de cabimento do “agravo de instrumento”, normalmente utilizado contra decisões do juiz não relacionadas ao pedido principal da ação, mas sim a respeito de “questões incidentais”, como a admissibilidade de provas e suspensão de prazos. Assim, essas decisões (chamadas interlocutórias) só poderão ser impugnadas num futuro recurso de apelação contra a sentença.

A apresentação de recursos desnecessários é ainda desestimulada com a possibilidade de o Judiciário aplicar multas a quem buscar servir-se desses instrumentos com intenção meramente procrastinatória. Além disso, a parte que apelar ficará sujeita ao pagamento de honorários de advogado do lado contrário quando a decisão sobre o recurso for desfavorável, e não somente se perder o processo.

Relator na Câmara vai se reunir com senadores para sugerir alterações

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que relatou o projeto do CPC na Câmara, pretende negociar com a comissão temporária do Senado o aproveitamento de dispositivos dos deputados que ficaram de fora. Haverá uma reunião hoje.

Ele menciona a necessidade de ampliação das hipóteses de acesso aos agravos de instrumento e destaca a importância da restauração de um mecanismo que assegura competência ao juiz para converter uma ação individual em coletiva.

A conversão poderia ocorrer quando a causa tiver repercussão além do interesse do autor, como pedido para anulação de assembleia de uma sociedade anônima ou denúncia sobre poluição. Ele diz que o mecanismo pode ser instrumento de pacificação de interesses e reduzir o volume de processos.

O deputado festejou a decisão de Vital do Rêgo de restaurar o mecanismo que permite a penhora de contas e investimentos em caráter provisório, já existente no código atual e que estava no texto que foi para a Câmara. Os deputados acataram uma emenda que proibia a retirada dos recursos do devedor, alegando que os juízes praticam abusos. O dinheiro só poderia ser retirado depois de sentença.

Voto vencido na Câmara, Teixeira disse que a emenda permitiria ao mau devedor esvaziar as contas para fugir da obrigação de pagar. Para Vital, o risco não poderia ser menosprezado. Ele argumentou que o credor merece a rapidez e as garantias necessárias à preservação de seus direitos.